

A CRISE DO EURO E A UNIÃO EUROPEIA

Regina Maria A. Fonseca Gadelha

1ª versão: NACI-10/09/2012¹

Quando em novembro de 2008, questionado por um jornalista do periódico alemão *Die Zeit* sobre o que pensava sobre a crise do sistema financeiro internacional, o filósofo alemão Jürgen Habermas deu a seguinte resposta:

“O que mais me preocupa é a injustiça social revoltante que se revela no fato de que os custos socializados das perdas vão ter de ser suportados pelos grupos sociais mais vulneráveis. É a massa dos que não pertencem aos ganhadores da mundialização, que irá pagar as consequências geradas pelo disfuncionamento previsível do sistema financeiro na economia real. E não será em dinheiro, como os acionistas, que eles terão de pagar, mas na divisa forte de suas existências quotidianas. Mesmo em escala mundial, serão os países economicamente mais fracos que irão sofrer a mesma sorte e serem punidos. Eis o escândalo político [da crise].” (HABERMAS, J. 2012: 23).

No entanto, no Brasil, a “*marolinha*” formada pela bolha especulativa imobiliária norte-americana de 2007/2008 era amenizada pelo governo brasileiro, enquanto, confirmando os piores prognósticos de Habermas, a quebra do Banco Lehman Brothers, que especulava *subprimes*² no mercado americano, contaminava o sistema financeiro do mundo inteiro e atingia fortemente vários países da zona do Euro. De fato, pouco tinham sido os efeitos das regras frouxas criadas pelos Presidentes dos Bancos Centrais (Grupo dos 10), reunidos desde 1988 na cidade suíça de Basileia (1988, 2004 e 2010).

O economista François Chesnais denuncia, em ensaio recente (2011), o endividamento dos países europeus – França em particular. Para ele, a crise financeira tem servido de pretexto aos dirigentes dos países europeus para

¹ Trata-se da 1ª versão de texto ainda em fase de elaboração e que entrego para discussão.

² O termo designa os empréstimos mais arriscados e, por isso, com melhor rentabilidade nos mercados financeiros.

imporem reformas ainda mais flexibilizantes e liberalizantes destinadas a estimularem a continuidade dos lucros do capitalismo financeiro mundializado.

“Com a crise financeira, fecha-se a armadilha da dívida pública: o imposto que pesa principalmente sobre os rendimentos do trabalho assegura o serviço da dívida e realiza, acima de todas as esperanças do capital, uma gigantesca transferência de riqueza para os bancos e fundos de aplicação financeira à custa dos assalariados”. (CHESNAIS. Paris: 2012).

Chesnais assinala a década de oitenta como marco do surgimento do novo paradigma do sistema capitalista, quando os grandes bancos se transformaram em grupos financeiros diversificados, acumulando as atividades de banco de depósito e banco de aplicação financeira. Neste sentido, prefere utilizar o termo “banco de aplicação financeira”, para designar o mecanismo em que um corretor aplica dinheiro em busca de maior rentabilidade a curto prazo, diferenciado dos investimentos produtivos que se confundem na terminologia inglesa “investment bank”. (Idem. Idem. p.17 e nota 15, p.144). Desde 2002/03 estes “grupos bancários” passaram a atuar, cada vez mais, na transformação em ativos financeiros das transações dos mercados imobiliários de vários países. Após os Estados Unidos, a Irlanda (fevereiro 2008) e Espanha foram os primeiros países da Europa a serem atingidos pela crise. Estes países, afirma, *“alimentaram o boom da construção civil por meio de instrumentos financeiros que permitiam o financiamento de maneira muito arriscada, senão fictícia. De sorte que a crise inicialmente tomou forma de uma crise do mercado imobiliário, cuja maneira de financiamento baseava-se na prática da titrisação³, de que os ‘ativos tóxicos’ chamados subprimes são os mais conhecidos”.* (Id. Id. pp.17-8). A reação dos governos foi então “salvar os bancos”.

Trata-se, aqui, dos mecanismos empregados pelos estados para salvar a liquidez bancária ou, como diria Marx, *“a acumulação de capital-dinheiro*

³ A “titrisação” consiste na venda de um mercado secundário (financiamento direto ao cliente) os títulos emitidos em um mercado primário (caso de bônus do Tesouro) ou em transformar créditos bancários, como os empréstimos hipotecários, em títulos negociáveis nos mercados.

propriamente dito”, na qual os capitalistas financeiros entregam aos bancos “o cuidado de organizar os empréstimos”. (Marx. *O Capital*. Livro 3, v. 2). Ao pagarem juros pelos depósitos, os bancos passam a receber grandes e pequenas somas de dinheiro em quantidade, o que lhes permite controlar uma importante massa de capital-dinheiro.

Chesnais periodiza e recupera as etapas de surgimento do atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mundial, marcadas pela predominância dos bancos de aplicação especulativa (no sentido de Keynes), dinheiro alocado em papéis de maior e mais rápida rentabilidade monetária, em detrimento das aplicações de caráter produtivas. (Keynes, capítulo 11). Segundo o autor, a primeira fase desta sobre acumulação financeira e seu “poder opressor” (Keynes), teve origem a necessidade dos bancos darem suporte aos empréstimos aos Estados e às grandes empresas, entre 1965 e 1973. (Chesnais. Id. pp. 32-3). Foram os chamados “eurodólares” especulados pela City londrina, papéis inicialmente criados para receber as grandes somas em rublo, a fim de facilitar as trocas comerciais com a URSS e desta forma contornar os obstáculos das regulamentações financeiras daquele país. Um segundo aspecto, sublinhado por Chesnais, foi o rápido crescimento deste mercado de eurodólares, concentrados nas mãos das multinacionais norte-americanas que, para fugirem dos regulamentos dos Estados Unidos, confiavam os lucros não reinvestidos aos bancos londrinos. Logo, em 1973 o mundo assistia a primeira grande crise capitalista do pós Guerra.

Coincidente com a nova política dos países produtores de petróleo (OPEP), a segunda fase de sobre acumulação de capital e de aplicação financeira especulativa (*placement de capital*) teve lugar entre 1974 e 1976. O período é marcado por breve, mas brutal recessão dos países centrais (considerada por muitos economistas como ‘crise estrutural’), em que a City assistiu a um grande afluxo de dinheiro de todas as partes. A “expressão ‘reciclagem dos petrodólares’ serviu para designar as operações de valorização dos capitais obtidos pelos rendimentos do petróleo, feitos a partir de Londres”, escreve Chesnais. (Id. Id.

p.34). Segundo o autor, estas operações contribuíram para a rápida saída da crise em 1976, permitindo a exploração de novos espaços geopolíticos, sobretudo para investimentos em países de descolonização recente, na África subsaariana, região ainda não explorada pelos capitais dos países centrais. O período é marcado tanto por investimentos capitalistas diretos como por empréstimos de traços usurários aos Estados.

Entretanto, a terceira fase desta sobre acumulação representa o verdadeiro corte paradigmático de independência e liberdade do capital financeiro especulativo, em escala mundial, que tem por marco as eleições e políticas liberalizantes de Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (GB), entre 1979 e 1981. Momento marcado por grande elevação das taxas de juros e das taxas de câmbio do dólar americano, associada ao nome de Paul Volcker, Presidente do FED-Federal Reserve Bank americano. (Id. Id. p.35).

A nova fase é marcada pelo surgimento da “indústria” dos grandes bancos ligados a companhias de seguro, constituindo grupos financeiros complexos com filiais em vários países. Estes bancos modernizaram suas gestões aprofundando o uso das tecnologias informatizadas com sistema de cartas bancárias de grande extensão geográfica, constante disponibilidade e interconexão em todas as redes. Trata-se de *“aglomerados financeiros sob controle comum de uma sociedade matriz, tendo como atividade a prestação de serviços significativos, atuando ao menos em dois setores financeiros distintos (banco, gestão de ativos e seguros).”* (Id. Id. p.54). Estes aglomerados assumem a forma jurídica de *holding*, agindo através de uma constelação de filiais, quase sempre identificadas a um banco de investimento (Goldman Sachs, Stanley Morgan), companhias de seguro (Axa, Generali, AIG) ou bancos de depósito (Deutsche Bank, BNP Paribas, Bank of America) e que realizam aplicações em Bolsas, visando retorno financeiro para seus acionistas. Suas aplicações garantiram grandes lucros durante cerca 30 anos, passando de 6% em 1990 para 19% em 2007, no caso de Wall Street. (Id. Id.).

Estes fatos estão na origem da armadilha das dívidas dos países da América Latina, adquiridas entre os anos de 1975 e 1979, cujos contratos implicavam em pagamento de juros flutuantes indexados ao dólar. O exemplo mais ressonante é o caso da dívida do México em 1982. De fato, no final da década, o governo do México se viu obrigado não só a aceitar a integração de seu país no espaço da ALENA-Acordo de livre-câmbio norte-americano, como a acatar os ditames do Plano Brady, vendendo os títulos de sua dívida no mercado internacional, ao mesmo tempo em que liberalizava e abria sua economia.

Porém, já na primeira metade dos anos oitenta, os países industrializados apresentavam crescimento do montante da dívida pública nitidamente maior do que o das dívidas dos países do Terceiro Mundo. Política que agia, sobretudo, contra os assalariados. É que a elevação das taxas de juros, pressionando as taxas de inflação, reduzia o valor do poder aquisitivo de salários e aposentadorias, levando aposentados e trabalhadores a buscar proteger suas poupanças, principalmente em fundos de pensão, nova modalidade de aplicação financeira estimulada por governos de muitos países, que surge nos anos 1980. Nos Estados Unidos, o funcionamento dos *Mutual Funds* privados foi aprovado pelo Congresso Nacional em 1974 e os haveres destes novos Fundos passaram a fazer parte fundamental do reforço de capital especulativo aplicado por Bancos de Investimento em papéis das Bolsas.

A liberalização financeira fez surgir a chamada “titrisação”, papéis formados, sobretudo, com bônus do Tesouro americano. Para Chesnais, estes mecanismos fizeram saltar as traves da especulação, limitando o déficit orçamentário do governo de Ronald Reagan e sustentando os gastos necessários para a manutenção da hegemonia militar daquele país. (Id. p. 38).

Assim, os *Mutual Funds* logo seguidos pelo *Hedge Funds* prosperaram, trazendo lucros e dividendos à aplicação de capital ocioso. Como escreveu Keynes, a respeito da conjuntura (atualmente esquecida) da crise de 1929,

“Os especuladores podem ser tão inofensivos como as bolhas de ar numa corrente regular da empresa. Mas a situação se torna séria quando a empresa não é mais do que uma bolha de ar no turbilhão especulativo. Quando em um país o desenvolvimento do capital se torna o subproduto da atividade de um cassino, ele risca de sucumbir em condições defeituosas. Se se considera que a finalidade social das Bolsas de Valores é encaminhar o investimento novo para os setores mais favoráveis sob a base de rendimentos futuros, não se pode reivindicar o gênero de sucesso obtido por Wall Street como um retumbante triunfo do laissez-faire capitalista”. (Keynes. 1969. pp.173-4).

Se hoje existe discordância quanto às soluções para o problema da crise financeira e forma de controle dos bancos, todos reconhecem ter sido a atual crise provocada pela onda especulativa e forma como se realizou a implantação do Euro como moeda única (diferentemente de moeda comum) e que foi adotada por quase todos os países que participam da União Europeia. Os economistas europeus concordam que foram os desequilíbrios induzidos pela moeda única e não apenas a crise americana de 2007-2008 (país que perdeu a nota AAA) os responsáveis pela atual crise dos países do bloco, reveladora da chamada “fadiga do Euro”. Para Chesnais, os conglomerados cujos bancos atravessaram melhor a crise, foram os grupos implantados na Ásia e América Latina. Entre eles, o Bank of America e o Citygroup (EUA), o grupo britânico HSBC e o espanhol Santander. Em 2007, sete grupos europeus figuravam entre os 10 maiores do mundo (BNP Paribas, Crédit Agricole – França, entre eles), e 13 bancos entre os 20 primeiros (Société Générale – França, figurando em 11º lugar). (Id. Id. pp.34-5).

Colocados no “olho do ciclone” da crise americana, na primavera de 2011 os bancos europeus se viram descapitalizados, diante da negação de default dos dirigentes europeus. (J. Sapir. 2012: pp.10-1). Então, foi a vez da Grécia ver desvalorizar-se o dracma frente ao Euro, tendo de declarar a falência dos cofres do país. Em seguida, Irlanda, Espanha e Itália demonstraram esgotamento e, apesar dos planos de austeridade adotados, a Espanha assistiu aumentar o

contingente de desempregados no país (mais de 44% dos jovens em idade de trabalho). Portugal também se viu atingido, entrando em crise sem saída, e mesmo a França não foi poupada. A crise é de dívida pública e privada. Mas, segundo os economistas franceses, ela desvela, de maneira profunda, os defeitos estruturais da zona do euro.

Esta é a opinião de um leque de economistas dos mais diversos matizes teóricos, ortodoxo e heterodoxo, cujo leque inclui desde Aglietta e Chesnais (defensores da moeda única) a Jacques Sapir e economistas do Grupo Attac, como Michel Husson e que exigem ampla reforma das políticas do euro. Para Sapir, apesar das vantagens apresentadas pelo Euro, ele representa custos elevados importantes para os países membros da União Europeia, pois a moeda única (decorrente do Tratado de Portugal que desvirtua as cláusulas de Maastrich) foi aplicada para todos os países da zona, sem se articular a uma política fiscal e orçamentária comum. (J. Sapir. 2006). Trata-se de um conglomerado de países de perfis diversos e estruturas econômicas e sociais as mais heterogêneas e assimétricas.

Houve, portanto uma distorção na aplicação de um federalismo incompleto, que, em decorrência das mudanças introduzidas nas cláusulas do Tratado de Lisboa pela Alemanha, que alterou a essência de Maastrich ao aplicar a moeda única (e não moeda comum) indiferentemente a todos os países. *“A moeda comum, ensina Sapir, ao se unir às moedas nacionais, as completa e serve de instrumento para as trocas internacionais de mercadorias e de capitais em uma determinada zona geográfica...”* (Sapir. 2012: p.24). Para o autor, o modelo oferece as vantagens de estabilidade que não ocorre com a moeda única, de elevado custo econômico e social a ser pago pelos países mais fracos que a adotam.

De fato, os economistas são coevos em assinalar os desequilíbrios aprofundados pela adoção da moeda única entre as várias economias do continente e que, segundo Sapir, apenas aguardava uma grande desordem na economia mundial para se revelar. É que a passagem das moedas nacionais ao

ECU e deste à moeda única teria de se realizar em uma comunidade dotada de estabilidade monetária, o que não ocorreu. Para o autor, a Comunidade Europeia ao adotar a moeda única – Euro – submeteu os países membros, que adotavam a nova moeda, a um Banco Central Europeu, criando uma nova instância que ignora as restrições das Constituições dos países membros, em tanto que Estados nação soberanos. É o que explica as discrepâncias entre as declarações da Primeira-Ministra Angela Merckel e o Tribunal Federal de Karlsruhe, órgão supremo superior, guardião da Constituição da República Federal Alemã. Ora, o Tribunal Federal de Karlsruhe, ao ratificar o Tratado de Maastrich em 12 de Outubro de 1993, havia declarado que a passagem à moeda única somente deveria se realizar no quadro de uma “*comunidade de estabilidade monetária*”, exigindo: “*Esta concepção da união monetária, comunidade de estabilidade monetária, é o fundamento da lei alemã*”. (Id. Id. p.31). De mesmo o Tribunal fecharia as portas para a ajuda alemã para salvar a Grécia, em setembro 2011.

A crise assume assim duas dimensões políticas: crise institucional de enquadramento do euro e crise de governança monetária. E revela a incapacidade dos bancos centrais dos países europeus realizarem políticas mínimas de convergência monetária e bancária em relação ao Euro e ao saneamento de seus países.

Finalizo ressaltando alguns problemas apresentados pela crise, indicados pelos autores citados nesta apresentação:

Primeiro, a função do Euro como moeda de reserva. De um lado, afirma Sapir, o euro ocupa uma parte minoritária, mas não negligenciável, nas reservas de troca dos bancos centrais internacionais. Quanto ao dólar, as condições financeiras deste país são desastrosas e caso o euro desaparecesse a especulação atingiria de maneira dramática o dólar. Por outro lado, os países emergentes estão todos eles com suas reservas aplicadas em dólar. E os preços do petróleo e do ouro estão em baixa. Segundo, o que leva a União Europeia, em concordância com o FMI e o Grupo dos 20 a optarem a adotar o caminho contraditório da cooperação, impossível sem modificar as constituições dos atuais

estados nacionais, única capaz de fazer a Europa reencontrar a necessária coordenação de sua moeda e das políticas monetárias nacionais.

Eis o futuro, ainda utópico porque não duradouro, do fim desta crise não terminal do sistema capitalista.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

1. DOCUMENTOS :

CONSEIL EUROPÉEN. *Pacte pour l'Europe*. Bruxelles : 20/04/2011.

_____. *Traité constituant le mécanisme européen de stabilité...* Bruxelles : 02/02/2012.

_____. *Traité sur la stabilité, la coordination et la gouvernance...* Bruxelles : 02/03/2012.

2. LIVROS E ARTIGOS :

CHESNAIS, François. *Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur le politiques publiques*. Paris : Ed. Raisons d'Agir, 2012.

COHEN, Daniel & PORTES, Richard. *Crises de la dette : prévention et résolution*. Paris : La documentation française, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *La constitution de l'Europe*. Paris : Gallimard, 2012. [1.e. Berlim : 2011].

HUSSON, Michel. « A European Strategy for the Left ». Paris: 29/12/2010. <http://socialistresistance.org/1165/a-european-strategy-for-the-left>. Acesso: 21/08/2012.

KEYNES, John M. *Théorie générale de l'emploi de l'intérêt et de la monnaie*. Paris : Payot, 1988. [Trad. Inglês. 1.e. francesa 1969].

LAPAVITSAS, Costas. « A left strategy for Europe. A reply to Michel Husson ». *IV Online Magazine: Economic Crisis*. IV435-April 2011.

SAPIR, Jacques. « La crise de l'euro : erreurs et impasses de l'europhobie ». *Perspectives républicaines*. Paris : n° 2, pp.69-84. Juin 2006.

_____. *Faut-il sortir de l'euro?* Paris : Ed. du Seuil, 2012.

_____. « Trois ans après... ». Paris : 2006. <http://horizons.typepad.fr/files/la-crise-de-leuro-j.sapir-2006.pdf>

STIGLITZ, Joseph E. *et al.* *Le Rapport Stiglitz. Pour une vraie réforme du système monétaire et financier international après la crise mondiale*. Paris : Babel, 2012. [1.e. 2010].